CLIPPING INTERNET

18/08/2022 ATÉ 18/08/2022

comunicação & informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 SITE O MARANHENSE..... 1
2 CEMULHER
2.1 SITE O MARANHENSE..... 2
3 DECISÕES
3.1 SITE O MARANHENSE..... 3
4 ESMAM
4.1 SITE DIÁRIO DE BALSAS..... 4
5 INSTITUCIONAL
5.1 SITE O MARANHENSE..... 5
5.2 SITE O PROGRESSO..... 6
6 POSSE
6.1 BLOG DO MINARD..... 7
6.2 SITE O MARANHENSE..... 8

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - POSSE
18/08/2022 - BLOG DO MINARD
POSITIVA
Juíza Ana Célia Santana assume Vara Cível em São Luís

Juíza Ana Célia Santana assume Vara Cível em São Luís

Publicado em 17 de agosto de 2022 às 18:45 | Comentar

Foto Divulgação: TJMA
Com 29 anos de experiência na magistratura, a juíza Ana Célia Santana assumiu, nesta quarta-feira (17/8), a 7ª Vara Cível de São Luís, após aposentadoria voluntária do juiz José Brígido Lages. A magistrada foi empossada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, no Palácio Clóvis Bevilácqua, sede do Tribunal.

Removida pelo critério de antiguidade, a juíza Ana Célia Santana deixou saneada a 4ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, unidade onde exerceu suas atividades judicantes por mais de 13 anos. A remoção aconteceu em sessão administrativa do Órgão Especial do TJMA, também nesta quarta-feira (17/8).

Na solenidade de posse, a juíza fez um resgate de sua trajetória, marcada por um vasto conhecimento adquirido na Justiça Criminal, ao longo de seus 15 anos de atuação em duas varas criminais. “No início, a área criminal não era muito querida pelos colegas e eu também não tinha muita simpatia. Depois que eu comecei o trabalho, eu reconheci a importância e a necessidade de se dar muita atenção a essa área”, relatou Ana Célia.

A juíza acrescentou, também, que houve uma grande mudança de percepção da área criminal nos últimos anos. “As administrações, durante algum tempo, não olhavam para a área criminal com um olhar apurado. Acredito que de uns cinco anos para cá, houve essa troca de olhar, de forma mais fixa, e nós melhoramos bastante”, revelou.

Ana Célia Santana iniciou sua carreira como juíza titular na Comarca de Guimarães, em seguida, atuou nas comarcas de Cururupu e Codó, antes de chegar à entrância final, no termo de São Luís, na Comarca da Ilha, onde adquiriu vasta experiência na área criminal ao longo de 15 anos de atuação.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - ESMAM
18/08/2022 - SITE DIÁRIO DE BALSAS
POSITIVA
TJMA, em Balsas, capacita profissionais para uso de sistema de execução penal

TJMA, em Balsas, capacita profissionais para uso de sistema de execução penal

Publicada em 17/08/2022 às 15h49
Participam do treinamentop servidores e servidoras de 30 unidades judiciais da comarca de Balsas. Participam do treinamentop servidores e servidoras de 30 unidades judiciais da comarca de Balsas. (Crédito foto: Reprodução)

Servidoras e servidores que atuam em unidades com competência criminal e na execução penal na Comarca de Balsas (Sul do Maranhão) passam por treinamento sobre noções gerais do Sistema Eletrônico de Execução Unificado, do Conselho Nacional de Justiça (SEEU/CNJ). A capacitação é promovida pelo Tribunal de Justiça e Escola Superior da Magistratura e prossegue até sexta-feira (19), de forma presencial, no Fórum Judicial.

O formador Wendel Rodrigues, servidor do Judiciário, explica que as constantes atualizações do sistema contribuem para o melhor desempenho das rotinas de trabalho, especialmente da execução penal. “Melhora a condição da pessoa presa em relação à qualidade das informações que compõem o processo. Além disso, reduz o congestionamento processual, uma vez que o rito é seguido na íntegra”, reforçou.

Nessa fase, os participantes exploram o módulo secretaria judicial, com a finalidade de aprimorar conhecimentos e operar as atualizações aplicadas ao sistema. Com uma abordagem atualizada, a capacitação trabalha aspectos como formação do processo de execução penal, peças que compõe o processo, rotina na elaboração de guia de execução penal, fluxo de tramitação e seus incidentes no SEEU/CNJ, além e atributos relacionados à medida de segurança.

O curso atende aspectos previstos nas resoluções 108, 113 e 280 do CNJ, além das contidas no Manual de Rotinas de Varas Criminais e de Execução Penal do CNJ, Lei nº 7.210/84 (LEP) e no Manual do SEEU para servidores e magistrados (Acesse aqui o manual).

A avaliação do aprendizado está condicionada à postura e participação dos alunos, incluindo o interesse pelo aprendizado e o relacionamento interpessoal colaborativo. Além disso, é necessário possuir 80% de frequência nas aulas do curso.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
18/08/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
TJMA inaugura centros de Justiça Restaurativa em Bacabal e Vitorino Freire

TJMA inaugura centros de Justiça Restaurativa em Bacabal e Vitorino Freire

O Tribunal de Justiça do Maranhão inaugurou centros de Justiça Restaurativa nos municípios de Bacabal, na segunda (15), e Vitorino Freire, na terça (16). A presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, desembargadora Sônia Amaral, à frente da equipe de implantação dos centros, destacou a empolgação das pessoas presentes aos eventos nas duas cidades.

Em Bacabal, o centro foi inaugurado em parceria com a Universidade Pitágoras. A desembargadora explicou que o trabalho vai ser realizado em conjunto com voluntários(as). Sônia Amaral esteve acompanhada do coordenador do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa do Tribunal (Nejur-TJMA), juiz Jorge Leite.

Já nesta terça, a desembargadora inaugurou o segundo centro, em Vitorino Freire, com a presença do juiz Jorge Leite e também da juíza Josane Farias Braga, titular da 2ª Vara da Comarca e também integrante do Nejur.

A sala destinada ao Centro de Justiça Restaurativa em Vitorino Freire está instalada no Fórum da Comarca. Segundo a juíza Josane Braga, já está em prática obrigatória a parte de treinamento de facilitadores. As pessoas que atuam nos centros integram a rede multidisciplinar de proteção.

A Justiça Restaurativa utiliza metodologias e técnicas próprias que visam a conscientização sobre fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflito e violência, ou seja, os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado.

A ação dá oportunidade de protagonismo às pessoas atingidas pela violência, estimula a responsabilização na reparação dos danos e cuida da vítima, conforme a Política Nacional de Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça.

CURSO

O coordenador do Nejur-TJMA, juiz Jorge Leite, destacou que a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) está com vagas abertas para o curso autoinstrucional em Noções Introdutórias sobre Justiça Restaurativa, até esta sexta-feira (19).

As inscrições para o público interno do Judiciário podem ser feitas pelo Sistema Tutor. Também podem ser feitas por meio de formulário eletrônico, por demais servidores(as), professores(as), acadêmicos(as), estagiários(as) e outros(as) profissionais das áreas afins.

O objetivo da capacitação é fomentar o conhecimento de técnicas de Justiça Restaurativa, possibilitando aos inscritos a utilização de métodos e a aplicação de conceitos acerca de situações de conflitos.

São 50 vagas para servidoras e servidores, outras 50 para juízas e juízes e mais 200 para os demais públicos.

O post TJMA inaugura centros de Justiça Restaurativa em Bacabal e Vitorino Freire apareceu primeiro em O Maranhense.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CEMULHER
18/08/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Tuntum integra rede de enfrentamento à violência contra a mulher

Tuntum integra rede de enfrentamento à violência contra a mulher

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), participou da assinatura do protocolo da Rede de Atendimento e de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Tuntum, no último dia 8 de agosto. O documento foi assinado pelo presidente da Cemulher, desembargador Cleones Cunhar, representando o TJMA, e demais representantes das instituições envolvidas.

O protocolo é fruto do esforço conjunto de todas as instituições que atuam no enfrentamento e combate dessa grave problemática naquela comarca e se configura um importante meio de articulação desses organismos, com vistas ao fortalecimento dos direitos humanos das mulheres naquela região.

A participação da Cemulher no evento se deu a partir da demanda do juiz titular da 1ª Vara da comarca de Tuntum, Raniel de Barros Nunes, que solicitou ainda a capacitação dos(as) profissionais que integram essa Rede sobre as temáticas de "Gênero", "Violência Doméstica", "Lei Maria da Penha" e "Trabalho em Rede".

O desembargador Cleones Cunha ressaltou que "a Cemulher tem envidado todos os esforços para atender às demandas das juízas e juízes que visam contribuir para o fortalecimento das redes de atendimento às mulheres em suas comarcas, haja vista o entendimento de que a violência doméstica e familiar contra as mulheres é um fenômeno multifacetado e que, portanto, exige uma ação articulada de todas as políticas públicas, conforme preceitua o art. 8º da Lei 11.340/2007, Lei Maria da Penha".

A formação foi realizada nos dias 8 e 9 de agosto pelas servidoras Danyelle Bitencourt, assistente social e assistente executiva, e Vitória Souza, assistente de informação da Coordenadoria, através de uma oficina que culminou com a elaboração do Plano Integrado de Ação. O instrumento foi construído a partir da identificação das principais dificuldades enfrentadas pelas instituições, bem como dos objetivos que pretendem atingir em 2022/2023. Conforme esclareceu Danyelle Bitencourt, "trata-se de um mecanismo que irá guiar e potencializar as ações desenvolvidas na comarca, além de evitar o risco de retraumatização institucional".

Para o juiz Raniel Nunes, "foi um momento ímpar, de muito aprendizado para a rede de atendimento às mulheres de Tuntum e não serão poupados esforços por parte do judiciário local para o aprimoramento dessa atuação coletiva, a fim de que todas as mulheres sejam bem atendidas e tenham seus direitos respeitados", afirmou o magistrado.

O post Tuntum integra rede de enfrentamento à violência contra a mulher apareceu primeiro em O Maranhense.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
18/08/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Juízes e juízas são removidos para novas unidades judiciais

Juízes e juízas são removidos para novas unidades judiciais

18/08/2022 04:04:00

Desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiram, em sessão do Órgão Especial, desta quarta-feira (17/8), pela remoção de juízes e juízas para unidades judiciais nas comarcas da Ilha de São Luís, Açailândia, Morros e Governador Eugênio Barros. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho atuou como relator dos processos.

Pelo critério de antiguidade, a juíza Samira Barros Heluy foi removida da Vara da Infância e Juventude e do Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Termo Judiciário de São José de Ribamar para a 3ª Vara Especial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís.

Também pelo critério de antiguidade, a juíza Ana Célia Santana deixa a 4ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, para assumir a 7ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha, em decorrência da aposentadoria voluntária do juiz José Brígido da Silva Lages.

COMARCAS DO INTERIOR

O juiz Paulo do Nascimento Júnior, que estava exercendo suas funções na Comarca de Maracaçumé, assume a titularidade da Vara da Fazenda Pública em Açailândia, vaga em decorrência da remoção do juiz José Pereira Lima Filho, para a 1ª Vara da Comarca de Barreirinhas. A remoção se deu por antiguidade (juiz mais antigo na concorrência pela vaga).

Assume a Comarca de Morros, o juiz Ricardo Augusto Figueiredo Moyses, removido da Comarca de Humberto de Campos, pelo critério de merecimento. A vacância aconteceu em razão da promoção da juíza Adriana da Silva Chaves para a Vara da Família da Comarca de Bacabal.

O juiz Moisés Souza de Sá Costa atuará na Comarca Governador Eugênio Barros, em virtude de vaga decorrente da promoção do juiz Alexandre Sabino Meira para a 5ª Vara da Comarca de Balsas. O magistrado deixa a Comarca de São João Batista, ambas as varas (de origem e de destino) são de entrância inicial.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
18/08/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Projeto de lei define câmaras de direito público e privado do TJMA

Projeto de lei define câmaras de direito público e privado do TJMA

18/08/2022 03:03:00

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou, por unanimidade, nesta quarta-feira (17), anteprojeto de lei que redefine as atribuições de oito câmaras cíveis - a oitava ainda a ser instalada. A alteração transforma as atuais 1ª, 3ª e 7ª Câmaras Cíveis em 1ª, 2ª e 3ª Câmaras de Direito Público, respectivamente. Já as atuais 2ª, 4ª, 5ª, 6ª e 8ª (quando for instalada) Câmaras Cíveis serão renomeadas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Câmaras de Direito Privado, respectivamente.

O anteprojeto de lei, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 14/1991 - especialização das câmaras - e cria as Câmaras de Direito Público e Câmaras de Direito Privado, aprovado durante sessão administrativa do Órgão Especial do TJMA, será agora encaminhado à Assembleia Legislativa, para apreciação. Se aprovado, será submetido à sanção do governador do Estado. O anteprojeto não modifica as atribuições das atuais três câmaras criminais.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, parabenizou o trabalho da Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos e destacou a importância da mudança. "O Tribunal de Justiça do Maranhão, nesta manhã, dá um passo importante no caminho e no rumo da modernização e agilização dos seus serviços. Todo o Tribunal está de parabéns. Eu quero parabenizar os colegas e dizer que nós, agora, temos como incrementar a nossa produtividade, que é fundamental", elogiou Paulo Velten.

ESPECIALIZAÇÃO

O relator, desembargador Cleones Cunha, elencou as mudanças a serem feitas na lei complementar. Lembrou que o TJMA conta com 33 desembargadores e desembargadoras no momento e, no futuro, serão 37.

O desembargador citou o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que tem 33 ministros e já tem essa especialização, assim como outros tribunais estaduais, a exemplo das cortes da Paraíba, Piauí e Rondônia, estas de pequeno porte; Bahia, Santa Catarina, Pernambuco, Ceará, Mato Grosso e Pará, de médio porte; além de todos os tribunais de grande porte.

SEM REDISTRIBUIÇÃO

O desembargador Cleones Cunha explicou que não haverá redistribuição de processos.

"Nós continuaremos com nossos processos atuais, funcionando as nossas câmaras cíveis como estão e, aos poucos, vamos implementando as câmaras de direito público e de direito privado", detalhou Cleones Cunha.

Outra novidade anunciada pelo relator é que serão extintas as duas atuais câmaras cíveis reunidas. No lugar delas, haverá uma Seção Cível de Direito Público e uma Seção Cível de Direito Privado, que funcionarão, conjuntamente, com a Seção de Direito Criminal.

O desembargador anunciou também que, enquanto não for instalada a 5ª Câmara de Direito Privado - 8ª Câmara Cível -, o quórum do plenário será de 19 desembargadores e desembargadoras - porque ficam faltando três - e o quórum da Seção de Direito Público será de seis desembargadores(as).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - POSSE
18/08/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Juíza Ana Célia Santana assume vara cível na capital

Juíza Ana Célia Santana assume vara cível na capital

18/08/2022 04:04:00

Com 29 anos de experiência na magistratura, a juíza Ana Célia Santana assumiu, nesta quarta-feira (17/8), a 7ª Vara Cível de São Luís, após aposentadoria voluntária do juiz José Brígido Lages. A magistrada foi empossada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, no Palácio Clóvis Bevilácqua, sede do Tribunal.

Removida pelo critério de antiguidade, a juíza Ana Célia Santana deixou saneada a 4ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, unidade onde exerceu suas atividades judicantes por mais de 13 anos. A remoção aconteceu em sessão administrativa do Órgão Especial do TJMA, também nesta quarta-feira (17/8).

Na solenidade de posse, a juíza fez um resgate de sua trajetória, marcada por um vasto conhecimento adquirido na Justiça Criminal, ao longo de seus 15 anos de atuação em duas varas criminais. "No início, a área criminal não era muito querida pelos colegas e eu também não tinha muita simpatia. Depois que eu comecei o trabalho, eu reconheci a importância e a necessidade de se dar muita atenção a essa área", relatou Ana Célia.

A juíza acrescentou, também, que houve uma grande mudança de percepção da área criminal nos últimos anos. "As administrações, durante algum tempo, não olhavam para a área criminal com um olhar apurado. Acredito que de uns cinco anos para cá, houve essa troca de olhar, de forma mais fixa, e nós melhoramos bastante", revelou.

Ana Célia Santana iniciou sua carreira como juíza titular na Comarca de Guimarães, em seguida, atuou nas comarcas de Cururupu e Codó, antes de chegar à entrância final, no termo de São Luís, na Comarca da Ilha, onde adquiriu vasta experiência na área criminal ao longo de 15 anos de atuação.

DESAFIO

Apesar da ampla atuação criminal e longa trajetória, Ana Célia Santana abraçou o desafio de mudar de área (uma vez que comandará uma unidade Cível), motivada para começar uma nova fase em sua carreira. "É um desafio. Toda a minha especialização é na área criminal. Sei que haverá muito mais trabalho, que vai requerer toda uma estruturação e elaboração de um plano de execução para que possamos avançar. Vai dar certo, estou me sentindo estimulada para esse novo trabalho", afirmou a juíza.

Em seu discurso, a magistrada apresentou ao presidente do TJMA dados que precisam ser melhorados na 7ª Vara Cível da capital. A juíza, de forma antecipada, fez um estudo sobre a nova unidade em que irá atuar, para elaboração de um diagnóstico, a fim de tornar possível o saneamento da vara.

O desembargador Paulo Velten parabenizou a magistrada por tudo que já fez pela Justiça maranhense e destacou a importância do juiz e da juíza terem conhecimento e absoluta consciência sobre os problemas de sua unidade de sua jurisdição. "É preciso que o juiz tenha percepção dos problemas da própria unidade. Vossa

Excelência, antes de chegar, já revela conhecer a fundo esses problemas, o que é uma esperança para nós, saber que será desenvolvido um trabalho brilhante, que será reconhecido por todos e por todas e principalmente pela advocacia que é exercida na capital", disse Velten, dirigindo-se à magistrada.

O presidente do TJMA também endossou o discurso da juíza Ana Célia Santana, sobre a necessidade de planejamento, reestruturação e organização de equipe, para que seja possível o bom funcionamento da unidade judicial. "Ficamos muito felizes em constatar, apesar de toda sua experiência profissional, essa vontade de realizar e de assumir um desafio novo. Tem todo o nosso apoio, a presidência está de portas abertas", garantiu o desembargador.

Participaram, também, da solenidade, o juiz auxiliar da Presidência, Nilo Ribeiro Filho; o diretor-geral do TJMA, Carlos Anderson Ferreira e o juiz Jesus Guanaré (esposo da magistrada).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
18/08/2022 - SITE O PROGRESSO
POSITIVA
Força tarefa impulsiona mais de 7 mil processos judiciais

Força tarefa impulsiona mais de 7 mil processos judiciais

Márcio Rodrigo
Asscom CGJ

Equipe do NAUJ atua na Comarca de Imperatriz - Foto: Divulgação: ASSCOM CGJ

Nos primeiros 100 dias de gestão do corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, o Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais – NAUJ impulsionou 7.097 processos de nove unidades judiciais de 1º Grau do Estado. Os dados divulgados pelo juiz Rodrigo Nina, coordenador do NAUJ, apontam 2.012 julgamentos, 758 decisões e 4.319 despachos proferidos por oito juízes de Direito que integram a força tarefa criada pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

O NAUJ tem por objetivo implementar ações de apoio e orientação às unidades judiciais de 1º Grau, com vistas a reduzir o volume de processos, prevenir a formação de acervo, atuar no cumprimento das metas prioritárias estabelecidas pela CGJ e metas nacionais monitoradas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por meio do auxílio aos gabinetes e secretarias de varas e comarcas.

Os juízes do NAUJ trabalham de forma virtual e acessam, à distância, os processos pelo sistema Pje – Processo Judicial Eletrônico, dando o encaminhamento adequado à ação, por meio de despachos, decisões e sentenças. Quando necessário, uma equipe se desloca para a unidade atendida e trabalha junto aos processos físicos.

No período, a força tarefa atuou nos processos eletrônicos da 1ª Vara de Viana; 1ª e 2ª varas cíveis de Caxias; Vara Única de Carutapera; 1ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz; 4ª Vara Cível de Imperatriz; 1ª Vara da Família de São Luís e 7ª Vara Cível de São Luís. Também impulsionou os processos físicos, em mutirão presencial, na 1ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz; 1ª Vara de Porto Franco e 2ª Vara Cível de Caxias. Em parceria com a Coordenadoria de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão, reavaliou processos judiciais relacionados a adoção de crianças.

O juiz Rodrigo Nina explica que o NAUJ atende as unidades tanto por determinação direta da CGJ, quanto por solicitação do magistrado titular, mas em ambos os casos é confirmada a necessidade a partir de relatórios de criticidade elaborados pelo Planejamento Estratégico da Corregedoria. “O nosso principal objetivo é reduzir o tempo de duração do processo, prevenindo a formação de acervo processual, buscando sempre o cumprimento das metas da CGJ e CNJ”, conclui.

Além do coordenador, atuaram pelo NAUJ no período, as juízas Larissa Tupinambá e Gisele Rondon; os juízes Alessandro Bandeira; Joscelmo Gomes; Rogério Rondon; João Neto; e Márcio Cutrim. Todos os magistrados e magistradas são auxiliares de Entrância Final.

AÇÕES PLANEJADAS
Nos próximos 30 dias, o NAUJ deve trabalhar nos processos da Vara Única de Urbanos Santos; da Vara Única de São João dos Patos; Vara da Família de Timon e da 1ª Vara Cível de São Luís. Também seguirá, até o dia 31 de agosto, prestando apoio junto aos processos de institucionalização de crianças de São Luís, conforme artigo

19, § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.